

Migração interna e desenvolvimento no Brasil: o papel dos migrantes nordestinos e seus desafios

Isac Alves Correia

Resumo

Este artigo analisa a relação entre migração interna e desenvolvimento no Brasil a partir da experiência de migrantes oriundos do Nordeste, em diferentes contextos, dentro do país. Em especial, examina-se como as perspectivas teóricas da migração podem fornecer uma melhor compreensão sobre a migração interna e seu impacto no desenvolvimento econômico. Também se discutem os desafios enfrentados pelos migrantes internos, incluindo barreiras culturais e discriminação, com destaque políticas inclusivas que visam promover um desenvolvimento mais equitativo e a integração social. Os resultados mostram que as migrações internas no Brasil refletem desigualdades regionais, têm motivações econômicas e impactam o mercado de trabalho; mas, mostram também que estão ligadas a questões estruturais, demográficas e culturais. Enquanto as remessas e outros aspectos positivos das migrações podem contribuir para o desenvolvimento e a distribuição equitativa da população e da força de trabalho, a xenofobia e a discriminação apresentam-se como desafios.

Palavras-chave | Brasil; demografia econômica; desenvolvimento; desigualdades regionais; migração interna.

Classificação JEL | J61 O15 R23

Internal migration and development in Brazil: the role of migrants from the Northeast and their challenges

Abstract

This article analyses the relationship between internal migration and development in Brazil based on the experience of migrants from the Northeast in different contexts within the country. In particular, it examines how theoretical perspectives on migration can provide a better understanding of internal migration and its impact on economic development. It also discusses the challenges faced by internal migrants, including cultural barriers and discrimination, with an emphasis on inclusive policies that aim to promote more equitable

development and social integration. The results show that internal migration in Brazil reflects regional inequalities, has economic motivations, and impacts the labour market; but they also show that it is linked to structural, demographic, and cultural issues. While remittances and other positive aspects of migration can contribute to development and the equitable distribution of the population and workforce, xenophobia and discrimination present challenges.

Keywords | Brazil; development; economic demography; internal migration; regional inequalities.

JEL Classification | J61 O15 R23

Migración interna y desarrollo en Brasil: el papel de los migrantes del Noreste y sus desafíos

Resumen

Este artículo analiza la relación entre migración interna y desarrollo en Brasil a partir de la experiencia de los migrantes procedentes del Noreste, en diferentes contextos, dentro del país. Especialmente, se examina cómo las perspectivas teóricas de la migración pueden ofrecer una mejor comprensión sobre la migración interna y su impacto en el desarrollo económico. También se discuten los desafíos enfrentados por los migrantes internos, incluyendo barreras culturales y la discriminación, destacando políticas inclusivas para promover un desarrollo más equitativo y la integración social. Los resultados muestran que las migraciones internas en Brasil reflejan desigualdades regionales, tienen motivaciones económicas e impactan el mercado laboral; pero también muestran que están relacionadas con cuestiones estructurales, demográficas y culturales. Si bien las remesas y otros aspectos positivos de las migraciones pueden contribuir al desarrollo y a la distribución equitativa de la población y de la fuerza de trabajo, la xenofobia y la discriminación se presentan como desafíos.

Palabras clave | Brasil; demografía económica; desarrollo; desigualdades regionales; migración interna.

Clasificación JEL | J61 O15 R23

Introdução

Este artigo tem como objetivo principal analisar o nexo entre migração interna e desenvolvimento econômico no Brasil, utilizando as perspectivas teóricas das ciências econômicas e sociais da migração como pontos de partida. Essas perspectivas englobam abordagens diversas que oferecem visões complementares sobre o papel desempenhado pela migração interna na dinâmica econômica e social.

Nesse contexto, busca-se analisar o papel dos migrantes internos de data-fixa¹ oriundos do Nordeste como um recurso valioso para o crescimento econômico, a mudança social e a diversidade cultural em diferentes regiões do Brasil. Para tanto, os censos demográficos de 1991 a 2010 (IBGE, 1991; 2000; 2010) são utilizados como fontes de dados. Reconhece-se que os migrantes trazem consigo habilidades, conhecimentos e experiências que podem impulsionar a produção, a inovação e a geração de riqueza nas áreas de origem e destino.

No entanto, a migração interna também enfrenta desafios, como barreiras culturais, discriminação e desigualdades regionais. Portanto, este artigo discutirá a importância de políticas inclusivas e de integração social para promover um desenvolvimento equitativo, garantindo que os benefícios da migração sejam compartilhados por todos os indivíduos e comunidades envolvidos.

Ao abordar o nexo entre migração interna e desenvolvimento sob uma perspectiva teórica, este artigo visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos subjacentes a essa relação complexa. Essa análise permitirá identificar os principais fatores impulsionadores e as consequências socioeconômicas da migração interna, fornecendo subsídios para a formulação de políticas mais eficazes.

Desse modo, é importante ressaltar que o contexto brasileiro, apesar de não apresentar barreiras legais à migração interna, é caracterizado por significativas desigualdades regionais e uma ampla diversidade cultural. Compreender as implicações da migração interna para o desenvolvimento é fundamental para promover a coesão social, reduzir as disparidades regionais e construir uma sociedade mais inclusiva e justa.

Este artigo está estruturado em oito seções, além desta breve introdução. Na seção seguinte, é apresentada uma revisão da literatura sobre migração interna e as suas inter-relações com as perspectivas teóricas da migração na Ciência Econômica e nas Ciências Sociais. Na terceira seção são esclarecidos os aspectos metodológicos. Os resultados e discussões são apresentados na quarta seção. Por fim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais, ressaltando a importância da compreensão dessa relação para o desenvolvimento econômico do país.

¹ O município de residência na data de referência do censo deve ser diferente do município de residência em uma data fixa, que corresponde à “residência em 1 de setembro de 1986” no caso do Censo Demográfico de 1991, à “residência em 31 de julho de 1995” no caso do Censo Demográfico de 2000 e à “residência em 31 de julho de 2005” para o Censo Demográfico de 2010. Em ambos os casos se excluíram os indivíduos com idade inferior a 5 anos e aqueles migrantes cujo tempo de residência no município atual fosse menor que cinco anos (Garcia, 2015; Baptista; Campos; Rigotti, 2017).

Perspectivas teóricas das migrações internas e as suas inter-relações

A teoria econômica, tanto macroeconômica quanto microeconômica, exerce forte influência sobre as interpretações das migrações (Singer, 1973; 1994). Por exemplo, no contexto da migração interna, podemos considerar que a força de trabalho migrante é um elemento crucial no desenvolvimento das regiões receptoras. Os migrantes trazem consigo habilidades e experiências que podem impulsionar a produção e a geração de riqueza nas novas localidades (Schultz, 1961; Sayad, 2000).

Desde os estudos pioneiros de Ravenstein (1889) e Lee (1966), houve um interesse em compreender as características individuais dos migrantes, como educação e renda, mas com ênfase nos fatores econômicos em detrimento de outros. Ravenstein (1889) argumentava que os desequilíbrios regionais eram o motor das migrações, onde os indivíduos buscavam melhorar suas condições materiais ao oferecer sua mão de obra nos grandes centros industriais. Nessa perspectiva, atributos individuais como educação, idade e sexo eram considerados importantes.

Por sua vez, Lee (1966) destaca que o deslocamento do indivíduo ocorria quando havia um saldo positivo em seu favor, considerando os fatores de expulsão, atração e neutros tanto no local de origem quanto no destino do migrante. Essa abordagem reconhecia a importância não apenas dos fatores econômicos, mas também de outros elementos que influenciavam a decisão de migrar. Assim, esses estudos iniciais enfatizaram a relevância dos fatores econômicos nas migrações, mas também ressaltaram a importância de considerar outros fatores, como os aspectos sociais, demográficos e contextuais, para entender de forma mais abrangente os padrões e as motivações das migrações individuais.

Dentro da perspectiva microeconômica neoclássica, o fenômeno migratório retoma os estudos de Ravenstein (1889) como resultado de estímulos locais (Lewis, 1954; Ranis; Fei, 1961; Becker, 1964; Massey, 1990), frequentemente mencionados por Lee (1966) como fatores push e pull. Sob essa ótica da Teoria Microeconômica Neoclássica, os Novos Economistas da Migração e do Trabalho (NELM) assumem o pressuposto de que os indivíduos são racionais e possuem informações precisas e prévias sobre os locais de origem e destino. Dessa forma, eles avaliam os custos e benefícios associados à decisão de migrar ou permanecer e, assim, a migração pode ser vista como uma escolha pessoal para ajustar as condições de vida quando os ganhos superam os custos envolvidos (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969; Stark; Bloom, 1985).

Essas abordagens, nesse aspecto, demonstram uma preocupação em destacar a importância da migração como uma questão de produtividade do trabalho. A perspectiva microeconômica neoclássica enfatiza que os indivíduos migram em busca de melhores oportunidades econômicas, visando aumentar sua produtividade e, conseqüentemente, sua renda. Ao analisar os estímulos locais, como fatores push e pull, os estudos ressaltam a busca por condições de trabalho mais favoráveis

e remuneração mais alta como motivadores-chave para a decisão de migrar (Massey, 1990).

Os migrantes, de acordo com essa lógica, buscam locais onde suas habilidades e conhecimentos possam ser mais valorizados e, conseqüentemente, gerem um retorno econômico maior (Schultz, 1961; Sayad, 2000). A decisão de migrar, nessa perspectiva, é influenciada pela percepção de que sua força de trabalho terá um valor monetário superior em outra localidade, impulsionando o deslocamento em busca de uma remuneração mais alta e melhores condições econômicas (Sjaastad, 1962; Stark; Bloom, 1985). Assim, a abordagem dos NELM se alinha à teoria do valor ao considerar o papel central do valor econômico na tomada de decisão dos migrantes.

Outras abordagens também se concentraram em questões como a produtividade marginal e os diferenciais de salários entre trabalhadores rurais e urbanos, com raízes no modelo dual de Lewis (1954). De acordo com a visão geral dos autores, a migração de mão de obra do campo para a cidade é considerada uma força compensatória para o desemprego urbano. Nessa perspectiva, enquanto houver a expectativa de que os salários urbanos sejam mais altos em comparação com os salários agrícolas, a migração rural-urbana continuará ocorrendo, mesmo em situações de elevado desemprego nas áreas urbanas. Essa dinâmica reflete a percepção de que, apesar do desemprego urbano ser alto, as oportunidades e recompensas econômicas oferecidas nas cidades ainda são atrativas para os migrantes em busca de melhores condições de vida e maiores ganhos salariais. Assim, a migração de mão de obra do campo para a cidade desempenha um papel de equilíbrio ao suprir demandas por trabalho e permitir que os migrantes busquem melhores oportunidades, mesmo em um contexto de desemprego urbano significativo.

De acordo com o modelo de Harris e Todaro (1970), as áreas rurais têm uma taxa de natalidade mais alta, levando a uma maior necessidade de trabalhadores mudarem das fazendas para a indústria, o que cria uma força que afasta o sistema do equilíbrio estático. O diferencial salarial é necessário para superar os atritos da mudança para um emprego urbano e, mesmo com o aprimoramento do conhecimento e treinamento dos trabalhadores rurais, o diferencial salarial não pode ser eliminado (Hagen, 1958).

Enquanto persistir a expectativa de um aumento salarial nas áreas urbanas em relação às áreas rurais, a migração de mão de obra do campo para a cidade continuará existindo, mesmo em situações de elevado desemprego urbano. Isso significa que, mesmo quando há altos índices de desemprego nas áreas urbanas, a busca por melhores oportunidades de emprego e salários mais altos nas cidades ainda motiva a migração de trabalhadores do setor agrícola para o setor urbano. Essa tendência reflete a percepção dos migrantes de que, mesmo com o risco de desemprego urbano, as oportunidades e recompensas econômicas oferecidas pelas áreas urbanas são superiores às disponíveis no meio rural (Harris; Todaro, 1970).

Nesse aspecto, a existência de diferenças salariais entre países ou regiões pode ser uma justificativa para a implementação de políticas protecionistas, pois essas políticas podem ajudar a proteger os trabalhadores nacionais ou nativos da região contra a concorrência dos trabalhadores estrangeiros que recebem salários mais baixos (Harris; Todaro, 1970). Embora esse modelo sugira que as diferenças salariais entre países podem justificar políticas, os autores ignoram questões humanitárias, culturais e circunstâncias individuais que podem influenciar tanto as políticas migratórias quanto a tomada de decisões.

Singer (1973), em sua visão histórico-estrutural das migrações, argumenta que as causas são sempre as desigualdades regionais. O Brasil é um país de grandes desigualdades regionais, com disparidades significativas em termos de desenvolvimento econômico e social entre diferentes regiões, inclusive no que diz respeito à estrutura fundiária. Essa perspectiva pode ajudar a entender essas desigualdades ao considerar a distribuição desigual dos fatores de produção, como terra, trabalho e capital, entre as regiões. A migração interna, desse modo, pode ocorrer como uma resposta a essas disparidades, à medida que as pessoas buscam melhores oportunidades econômicas em regiões mais desenvolvidas.

Portanto, essa visão defende que é essencial levar em consideração não apenas os fatores de expulsão e atração, mas também as condições sociais que influenciam esse processo. Nessa perspectiva, a migração é compreendida como a mobilidade dos trabalhadores e uma resposta a um problema social subjacente. Isso significa que a migração não é apenas uma questão individual, mas também uma manifestação de desafios socioeconômicos mais amplos que afetam determinadas regiões (Singer, 1973).

Ao reconhecer a natureza social da migração, é possível abordar suas causas de forma mais abrangente e buscar soluções que visem reduzir as desigualdades regionais e melhorar as condições de vida para todos os envolvidos. Singer (1973) destaca, dentre outros aspectos, o aumento de indivíduos em situações precárias em regiões de origem das migrações, com ocupações em atividades informais como os carroceiros. Esse modelo teórico e analítico histórico-estrutural também leva em consideração a noção de sentimento de privação relativa dos domicílios sem emigrantes em relação aos domicílios com emigrantes nas regiões de origem que recebem remessas (Singer, 1973). Assim, a migração contribuiria para o aumento da desigualdade social e diferenças entre as classes também tanto nas regiões de destino quanto na origem (Massey, 1990).

Outra questão relevante da perspectiva histórico-estrutural é que a força de trabalho no setor industrial tem diminuído nos países capitalistas, enquanto a alocação setorial da mão de obra se concentra cada vez mais nos serviços. Em países e regiões onde os setores de serviços têm maior relevância, essa proporção pode ser ainda mais acentuada. Como há uma tendência de migração da inserção laboral em direção às atividades de serviço, esse problema apresenta perspectivas de se agravar ainda

mais. Um desses agravos é que o critério fundamental para o trabalho ser considerado produtivo é a geração direta de mais-valia (Dal Rosso, 2014). Nesse contexto, Marx (1978) faz conclusões um tanto contundentes. Primeiro, ele destaca a importância da subordinação real, na qual os diversos agentes do processo de trabalho direto são entendidos como um trabalhador coletivo, incluindo diretores, engenheiros, técnicos e capatazes. Mesmo que esses agentes não estejam envolvidos diretamente na execução física do trabalho, eles são considerados produtivos por fazerem parte desse grupo, o trabalhador coletivo. A segunda conclusão é que não basta ser um trabalhador assalariado para ser considerado produtivo. É necessário gerar diretamente mais-valia (Marx, 1978).

Para Marx, em princípio, esse trabalho nos chamados setores de serviços é considerado improdutivo. Essa afirmação se baseia na relação estabelecida, que é uma relação entre trabalho trocado por dinheiro e não trabalho trocado por capital. Os serviços permanecem no âmbito dos valores de uso e são consumidos como tal, não atendendo ao critério de gerar diretamente mais-valia. Marx argumenta que, portanto, esses trabalhos não são produtivos e seus executores não são trabalhadores produtivos. No entanto, é importante ressaltar que a mesma atividade profissional pode ser considerada produtiva quando organizada como uma exploração do trabalho vivo por um indivíduo ou empresa, ou improdutivo quando se trata simplesmente da troca de serviços por dinheiro, como muitos profissionais liberais e científicos que trabalham de forma autônoma (Marx, 1978). Nesse aspecto, uma série de atividades, inclusive destinadas ao cuidado, tais como empregadas domésticas seriam consideradas como improdutivas.

Portes (2010), por sua vez, argumenta que é improvável que a imigração tenha provocado uma transformação na estrutura de classes dos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo. Então, provavelmente, o poder de mudança social da migração não está somente nos três quesitos destacados por Portes (2010) (número, tempo e composição), tendo em vista a permanência da imigração para os EUA em termos de quantidade de indivíduos envolvidos, tempo de duração e composição por classe. O mesmo aspecto pode ser explorado para a Europa, uma vez que a literatura tem apontado algumas mudanças sociais, mas os pilares fundamentais dessa sociedade continuam inalterados.

Essa transformação na sociedade que é provocada pela migração atua de baixo para cima, afetando a oferta de mão de obra, demanda por serviços públicos e habitação. No entanto, as instituições que refletem uma estrutura de poder atuam sobre o processo de assimilação e faz com que esses indivíduos se adequem aos moldes culturais e sociais no destino. As instituições na origem, portanto, são uma forma de manter as hierarquias de poder e limitar as modificações das migrações na estrutura da sociedade. Esses fluxos, assim, tendem a reforçar a estrutura social vigente na origem. As minorias de grupos étnicos marginalizados enfraquecem a relação entre mudança social e migração devido à dificuldade de assimilação não

criar incentivos a novos movimentos populacionais. Isso vale para as regiões emissoras desses fluxos migratórios (Portes, 2010).

Um exemplo que Portes (2010) utiliza para justificar a sua posição em relação às mudanças sociais da migração é o envio de remessas por indivíduos migrantes para suas famílias na origem. A migração, nesse caso, ao invés de contribuir para equalizar as desigualdades, acentua os processos de exclusão e mantém as estruturas de poder preexistentes. Isso porque a migração é seletiva na origem. Por outro lado, dentre os benefícios sociais positivos, o autor destaca que para regiões de origem dos migrantes existe a possibilidade das remessas sociais com a transferência de conhecimento, habilidades técnicas, dentre outros fatores. Ele destaca, ainda, que o poder de mudança social da migração é claro irá depender do número de indivíduos envolvidos no processo, tempo de duração e da sua composição por classe.

Outras perspectivas não menos importantes destacam o papel das redes sociais, aspectos legais e de assimilação e adaptação dos migrantes nas regiões de destino. As redes sociais no contexto das migrações podem, por meio de uma teia de relações familiares e/ou de amizade em igrejas e associações, facilitar ou ampliar o conjunto de possibilidades e opções disponíveis para os migrantes (Fusco, 2000). A acessibilidade das redes de migrantes pode tornar a migração laboral uma estratégia atrativa de diversificação de riscos. Essas estratégias são uma forma das famílias (e não só dos indivíduos) para se protegerem de riscos e aproveitar oportunidades econômicas e aumentar o bem-estar (Stark; Bloom, 1985). A estratégia consiste em alocar a mão de obra familiar em atividades produtivas de diferentes locais. Assim, as oscilações e descontinuidades do mercado são ameaças adaptáveis às estratégias de mobilidade dessa população (Massey, 1990).

Inevitavelmente, todos os migrantes têm que se adaptar às novas circunstâncias e estabelecer novos laços sociais. No contexto do Brasil, não há restrições legais à mobilidade interna, mas em alguns países, tanto os migrantes internos quanto os internacionais podem enfrentar restrições, como é o caso da China. Os migrantes internos podem se deparar com desafios significativos relacionados a diferenças culturais e discriminação, muitas vezes enfrentando obstáculos mais intensos do que os grupos de imigrantes (Brown; Bean, 2016).

Massey (1990) já havia destacado que a atuação de contextos institucionais é importante, podendo exercer estímulos sobre as decisões das famílias e indivíduos. O que se espera é que esses processos intensifiquem as migrações, o que é conhecido como causação circular cumulativa (Myrdal, 1968). Nesse sentido, a migração é adotada no nível do domicílio como uma estratégia de diversificar a renda da família, contudo, as decisões interagem com estruturas sociais mais amplas, decisões individuais e familiares e níveis micro, meso e macro de análises, além de relacionar causas e consequências no tempo e no espaço (Massey, 1990).

Com base na perspectiva da causação circular cumulativa de Myrdal (1968) e do ciclo vicioso do subdesenvolvimento de Nurkse (1957), é possível chegar a pelo

menos duas implicações para as migrações internas e sua relação com o desenvolvimento econômico. A primeira é que as migrações internas seriam o resultado da pobreza, em um processo disfuncional em que os indivíduos de regiões pobres migram para regiões ricas em busca de melhorias das suas condições e, como consequência, acentuariam as suas condições de sobrevivência precária, contribuindo para um processo cumulativo (Nurkse, 1957; Myrdal, 1968).

Myrdal (1968) infere que quanto mais se conhece a maneira como os fatores se inter-relacionam, maior seria a capacidade de alcançar bons resultados em termos de política, em especial aquelas que tivessem como pretensão alterar o sistema social. Algo que, no contexto dos países subdesenvolvidos, requer mudanças de grande alcance. Assim sendo, a segunda implicação é que conhecer as inter-relações entre os fatores auxiliaria a potencializar e a canalizar de forma mais eficaz os efeitos positivos ao desenvolvimento, facilitando a tarefa de superação do subdesenvolvimento (Myrdal, 1968).

Por outro lado, diversos estudos sobre seletividade migratória têm enfatizado o papel que a migração interna pode desempenhar no desenvolvimento das regiões receptoras, uma vez que traz consigo um aumento da mão de obra, diversidade cultural e conhecimentos diversos (Santos Júnior; Menezes-Filho; Ferreira, 2005; Justo; Silveira Neto, 2006; Justo; Silveira Neto, 2009; Correia; Ojima, 2017a). Nesse contexto, o trabalho dos migrantes pode contribuir para aumentar a produção e o desenvolvimento econômico nas regiões receptoras.

Portanto, é importante ressaltar que a relação entre migração interna e desenvolvimento é complexa e multifacetada. Outros fatores, como políticas públicas, infraestrutura, acesso a serviços básicos, entre outros, também desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico. Desse modo, as perspectivas econômicas da migração, por si só, não são capazes de fornecer uma explicação abrangente e completa para todos os aspectos da migração interna e desenvolvimento no Brasil, mas podem ajudar a compreender algumas das dinâmicas subjacentes. Características individuais, domiciliares, comunitárias e institucionais determinam a migração, em um processo multicausal (Hugo, 1996). Isso é importante para entender como diferentes níveis de análise afetam as migrações.

Aspectos metodológicos

Neste estudo, adota-se o conceito de migrante de data-fixa, amplamente utilizado na literatura sobre mobilidade populacional no Brasil, conforme proposto por Garcia (2015) e por Baptista, Campos e Rigotti (2017). A definição considera como migrante de data-fixa o indivíduo cujo município de residência declarado na data de referência do Censo Demográfico difere do município de residência informado para

uma data específica anterior, estabelecida pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em cada operação censitária. As fontes de dados correspondem aos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

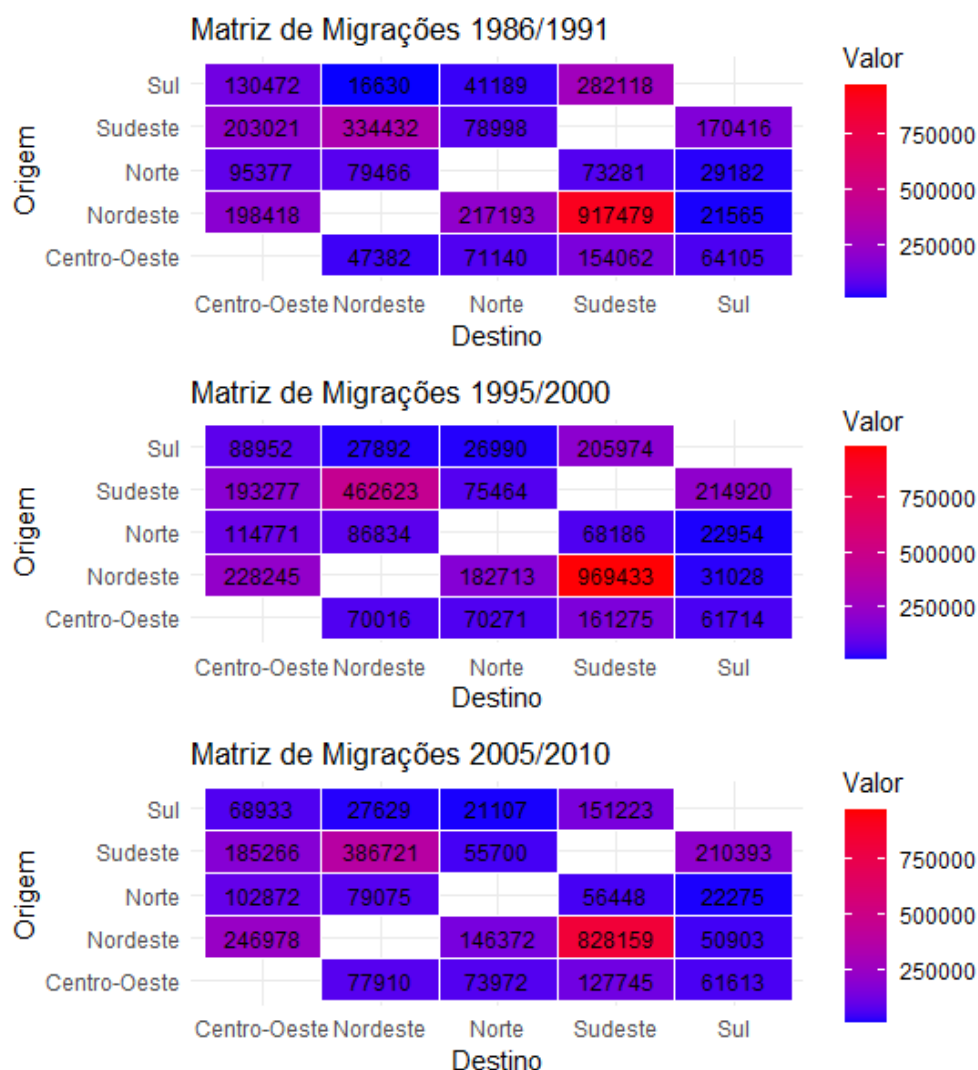
No caso do Censo Demográfico de 2010, por exemplo, a data de referência fixa corresponde a 31 de julho de 2005. Assim, considera-se migrante de data-fixa o indivíduo que, na data de referência do Censo (1º de agosto de 2010), reside em um município diferente daquele em que residia em 31 de julho de 2005. Para garantir a comparabilidade das informações e a consistência dos dados, foram excluídos da análise: (i) os indivíduos com idade inferior a 5 anos na data do Censo, pois não poderiam ter residido em outro município no momento de referência anterior; e (ii) os indivíduos cujo tempo de residência no município atual era inferior a 5 anos, uma vez que, nesses casos, não é possível assegurar a correta identificação do local de residência em 2005, o que comprometeria a acurácia da classificação migratória.

Analisando as migrações internas no Brasil

Até o final dos anos 1960, as migrações eram predominantemente de longa distância, especialmente os fluxos originados na região Nordeste em direção ao Sudeste e, em outros momentos, para o estabelecimento na fronteira agrícola e no estado do Maranhão. O fluxo do Nordeste para o Sudeste manteve-se constante ao longo de décadas, com um crescimento notável a partir de 1940 (Graham; Holanda Filho, 1980), intensificando-se ainda mais após a grande seca de 1950 (Brito, 2000). No entanto, a partir da década de 1970, observou-se um período de inflexão nas tendências demográficas, com uma redução na emigração de nordestinos para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (Camarano; Abramovay, 1998). Isso provocou uma mudança na compreensão da literatura sobre migrações internas no Brasil, que passou por uma transformação significativa (Correia, 2023).

Por outro lado, isso pouco tem se alterado de acordo com os três últimos censos demográficos que temos disponíveis, uma vez que o número de indivíduos nordestinos, em direção a praticamente todas as outras regiões do país, é maior do que o inverso. Os dados apresentados na Figura 1 também foram discutidos por Nunes, Silva e Queiroz (2017). Como justificativa para esses resultados, os autores argumentam que há uma “concentração regional do desenvolvimento econômico” e elevado crescimento populacional no país, que levaram em conjunto a um estímulo das migrações em direção ao Sudeste (Nunes; Silva; Queiroz, 2017, p. 396-397).

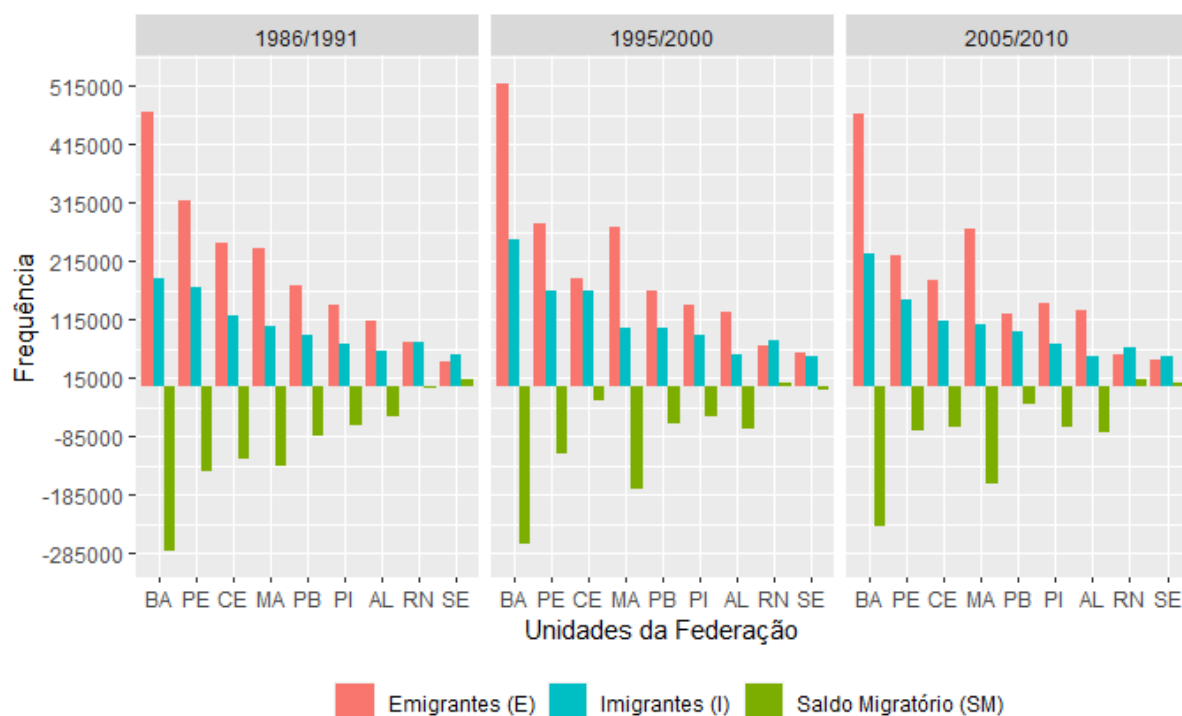
Figura 1 – Matrizes migratórias para as regiões do Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Observa-se, por outro lado, um aumento na migração de retorno do Sudeste para o Nordeste. Esse fato é justificado pela literatura como consequência da desconcentração da atividade produtiva, que culminou em investimentos em outras regiões do país além do Sudeste, inclusive no Nordeste. Isso teve como resultado uma queda na atratividade sobretudo da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (Cano, 1997; Brito, 1999; Queiroz, 2003). Mesmo assim, a região Sudeste permanece sendo a principal área de atração de migrantes, especialmente os nordestinos (Brito, 2000; Nunes; Silva; Queiroz, 2017). A Figura 2, desse modo, mostra que para praticamente todas as Unidades da Federação (UF) nordestinas os saldos migratórios permanecem negativos, reafirmando o papel da região como uma área de expulsão populacional.

Figura 2 – Nordeste: UF segundo o número de imigrantes, emigrantes e saldos migratórios nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

No entanto, é notável a escassez de pesquisas dedicadas a compreender os motivos por trás dessa significativa migração em massa do Nordeste para a região Sudeste. Essa lacuna pode ser atribuída à falta de perguntas específicas sobre essas motivações nas pesquisas oficiais, como os censos demográficos, com exceção de algumas pesquisas isoladas, como o estudo de Patarra *et al.* (1997) e o trabalho de Oliveira e Jannuzzi (2005) com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2001. Além disso, é possível que a predominância de abordagens econômicas nos estudos sobre o fenômeno migratório tenha contribuído para essa limitação (Oliveira; Jannuzzi, 2005; Rigotti, 2011). Mesmo na PNAD de 2001, por exemplo, as opções de resposta para as motivações dos migrantes eram escassas, limitando respostas relacionadas ao trabalho, estudo, saúde e acompanhamento familiar (Correia, 2018).

As migrações internas no Brasil estão intimamente ligadas a questões estruturais que impactam o desenvolvimento econômico do país. Ao longo do tempo, esses fluxos migratórios refletem as desigualdades regionais, disparidades socioeconômicas e limitações estruturais que afetaram as oportunidades de emprego, acesso a serviços básicos e qualidade de vida. A concentração de migrações de longa distância em direção ao Sudeste, por exemplo, evidenciou as disparidades de desenvolvimento entre as regiões, com a região Nordeste enfrentando desafios socioeconômicos

significativos. Além disso, as migrações internas também têm influência na dinâmica demográfica e no mercado de trabalho, moldando a distribuição populacional e a disponibilidade de mão de obra em diferentes áreas do país (Queiroz, 2003).

Sem dúvidas, o processo de colonização deixou marcas nas estruturas socioeconômicas locais, em que a terra é distribuída de forma desigual na região. Nesse cenário de migrações internas e desenvolvimento econômico desigual, é importante destacar o papel das estruturas de poder e das relações de trabalho que emergem nesse contexto. Em muitos contextos, as famílias que não possuem propriedade de terras encontram-se em uma posição vulnerável, sujeitas a relações de dependência e exploração por parte das elites locais. Um exemplo disso é o regime de colonato, no qual elas se submetem a um arranjo no qual cedem parte de sua colheita como pagamento pelo uso da terra para estabelecer uma moradia e realizar o plantio (Andrade, 1988). Essa forma de trabalho agrícola, embora tenha possibilitado o acesso à terra para alguns indivíduos, também resultou em condições precárias de trabalho, limitações econômicas e dependência dos proprietários de terra. Essas relações desiguais reforçam as disparidades socioeconômicas e dificultam a mobilidade social, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade (Almeida; Barbieri; Rodrigues Filho, 2020).

Outra explicação amplamente discutida na literatura é o papel das secas na região Nordeste, que contribuem para acentuar a saída de nordestinos para outras regiões do país. Nos períodos de estiagem mais intensa, mesmo aqueles que possuíam pequenas propriedades de terra eram influenciados a vendê-las por valores defasados (Andrade, 1988), resultando no aumento dos latifúndios e na substituição da produção familiar pela criação de gado, o que agravou ainda mais o problema fundiário na região (Araújo, 1997). Mesmo quando ocorreu uma modernização da agricultura por meio da introdução de sistemas de irrigação para enfrentar os períodos de seca, essas estruturas de desigualdade persistiram. Essas peculiaridades do contexto nordestino contribuíram para um processo contínuo de emigração da população em busca de trabalho e melhores oportunidades em outras regiões do país. Assim, as secas e as consequentes transformações socioeconômicas na região Nordeste desempenham um papel significativo nas migrações internas e no desequilíbrio regional, influenciando a dinâmica migratória e as disparidades de desenvolvimento entre as diferentes áreas do Brasil (Araújo, 1997; Correia, 2023).

A questão demográfica, ademais, é um fator que sempre ficou muito implícito nas teorias de desenvolvimento econômico, muitas vezes assumido como um choque exógeno. Nesse contexto, os domicílios ou indivíduos respondem a um choque de renda em função da disputa por recursos naturais em regiões de alta densidade populacional (Brito, 2000). Dentro de uma estrutura de subsistência dos domicílios, as abordagens microeconômicas entendem a migração como uma estratégia para diversificar os riscos, empregando a mão de obra em outras regiões, podendo inclusive beneficiar as regiões de origem com o envio de remessas. Isso implica em uma seletividade, não só em termos de classes, mas também no nível do domicílio,

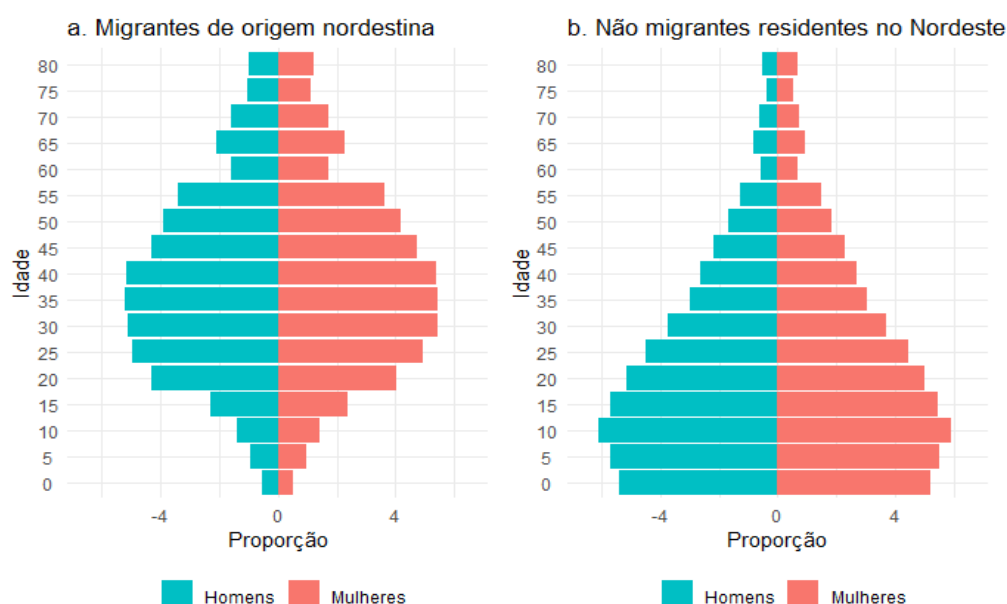
para que estes tenham mais chances de retorno ao investimento da migração (Correia; Barbieri, 2019). Como Correia e Barbieri (2019) reforçam que pode haver uma espécie de poder de barganha dentro dos domicílios, em que os mais jovens, escolarizados e do sexo masculino tendem a ser escolhidos para migrar. Se a migração é entendida como uma forma de se ajustar às condições de desfavorecimento, entender as circunstâncias envolvidas na “decisão” ou na chance de permanecer na região de origem seria um problema de privação, o que é pouco explorado pela literatura.

Seletividade dos migrantes nas regiões de origem e de destino

Uma das afirmações dos histórico-estruturalistas como Singer (1973) é que as migrações são sempre seletivas na origem. A migração, desse modo, estaria associada a classes dominantes, geralmente homens, pessoas mais escolarizadas e de cor de pele branca. Os estudos de seletividade tendem a confirmar essas afirmações, embora comparando os migrantes com a população nativa das regiões de destino.

Com um simples exercício com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) observamos a partir da Figura 3 que não existem diferenças tão marcantes entre os migrantes inter-regionais nordestinos e entre aqueles que nunca haviam migrado até a data de referência do censo.

Figura 3 – Distribuição proporcional dos migrantes inter-regionais nordestinos e não migrantes residentes no Nordeste por idade e sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

No que diz respeito à idade, porém, é possível perceber que os migrantes estão mais concentrados nas idades de 20 a 49 anos tanto para os homens quanto para as mulheres (IBGE, 2010). Essa maior parcela de indivíduos, especialmente em idade ativa, é importante para reforçar como a migração interna tende a contribuir para o rejuvenescimento das regiões de destino. Além disso, a base da pirâmide etária dos não migrantes (potenciais migrantes) residentes no Nordeste tende a complementar esse potencial que as migrações internas podem exercer como fornecedoras de mão de obra e, assim, contribuir para o crescimento econômico das outras regiões do país.

Um estudo com os dados do Censo Demográfico de 2010, por sua vez, mostra que os emigrantes nordestinos são menos dependentes de atividades agrícolas e de programas de transferência de renda que os nativos que nunca saíram da região Nordeste (Correia; Ojima, 2017b). Correia e Ojima (2017b) também observam que cerca de 72% dos migrantes inter-regionais de 15 a 64 anos que são originários do Nordeste possuem apenas o ensino fundamental. Essa situação apresenta um desafio significativo tanto para lidar com os gastos iniciais associados à decisão de migrar quanto para lidar com a falta de habilidades necessárias para encontrar oportunidades de emprego no local de destino (Sjaastad, 1962; Lee, 1966).

Dentro do campo de pesquisa das migrações internas a seletividade tem surgido como um tópico relevante. Destaca-se, especialmente, a emergente temática da feminização da migração, que surge como resultado do aumento dos direitos sociais e das oportunidades para as mulheres (Correia; Barbieri, 2019). Além disso, estudos extensivos sobre migração consistentemente demonstram que os migrantes tendem a obter maiores níveis de renda e possuem maior nível educacional em comparação com a população em geral nos locais de destino (Santos Júnior; Menezes-Filho; Ferreira, 2005; Justo; Silveira Neto, 2006; Justo; Silveira Neto, 2009).

Discriminação contra migrantes internos

Outro ponto pouco explorado nas questões referentes às migrações internas no Brasil e o desenvolvimento diz respeito aos ataques xenofóbicos e situações de discriminação sofridos por migrantes. Essas questões são pouco notórias e podem passar despercebidas em um país sem restrições legais à migração interna e com uma língua universal, mas não deixam de existir diante da diversidade cultural que abriga. Silva (2017) afirma que o movimento skinhead no Brasil se divide em duas principais ramificações. Uma delas, mais antiga, é conhecida como Carecas do Subúrbio, surgida no início dos anos 1980 em São Paulo.

Essa facção se caracteriza principalmente pelo nacionalismo extremo, um forte fascínio pelo Integralismo de Plínio Salgado e uma postura contrária à presença de estrangeiros e empresas estrangeiras no país. Além disso, eles manifestam uma grande aversão a comunistas, homossexuais, nordestinos e judeus. Esse grupo, na realidade, é uma adaptação do fascismo à realidade brasileira, incorporando todo o

conservadorismo e cultura de ódio em relação ao “outro” ou ao “diferente”. São frequentemente acusados de perpetuar agressões contra homossexuais, punks e militantes de esquerda. Além disso, eles possuem diversos fanzines e bandas de rock para disseminar as ideias de seu movimento (Silva, 2017).

Essa onda de movimentos tem influências internacionais, uma vez que a Europa passou a receber uma série de imigrantes, a maioria vinda de regiões que haviam sido colonizadas pelos próprios europeus. Esses imigrantes, com etnias diferentes das dos europeus, acabaram se estabelecendo nos subúrbios das cidades inglesas e em outras partes da Europa Ocidental, e passaram a competir por empregos escassos com a classe trabalhadora local, principalmente os trabalhadores ingleses desempregados que ocupavam os escalões mais baixos da sociedade. Essa situação gerou uma série de conflitos entre os “locais” e os “estrangeiros”, pois, aos olhos dos operários desempregados ingleses, os imigrantes representavam uma ameaça constante aos seus empregos e mais um concorrente nas filas do desemprego e dos serviços sociais. Essa nova realidade levou os *skinheads* a se envolver em questões políticas, se aproximando de grupos de extrema direita e passando a enxergar os imigrantes como seus inimigos (Silva, 2017).

Nas migrações internas no Brasil essa mesma onda de movimentos anti migrantes se reproduz, por meio de movimentos pregam o extermínio de grupos minoritários, especificamente negros, nordestinos, homossexuais e judeus (França, 2013). Há registros também de episódios de agressão e linchamento, com ataques de muitos contra poucos que são escolhidos por serem negros, nordestinos, homossexuais, *punks* ou judeus (Kahn, 2000; França, 2013).

Ao estabelecer uma associação entre os nordestinos e pessoas consideradas degeneradas e doentes, os membros do grupo Poder Branco em São Paulo os responsabilizam pelo atraso no desenvolvimento do estado. Segundo esses *skinheads*, a crescente presença dos nordestinos, considerados bárbaros, gradualmente deteriorava, enfraqueceria e destruiria o corpo social saudável do estado de São Paulo, composto por indivíduos da raça branca (França, 2010).

Essa discriminação por parte de nativos se reproduz também em discursos de ódio na internet, que se dirigem tanto a imigrantes internacionais no Brasil como no caso dos haitianos quanto a migrantes internos espalhados pelo país. É comum nesse tipo de discurso, um conteúdo de natureza racista, discriminatória e preconceituosa contra a população migrante. Trata-se de uma forma de discriminação que se materializa por meio de manifestações que promovem a segregação, ao estabelecerem uma diferenciação hierárquica entre o emissor, que se coloca em posição de superioridade, e o migrante colocado em posição de inferioridade (Souza; Rebelato, 2015).

Essas manifestações ganham proporções ainda mais amplas e preocupantes quando veiculadas pela internet, meio de comunicação que possui alcance e velocidade praticamente ilimitados. Essa realidade evidencia uma profunda assimetria entre a

gravidade e a rapidez com que a violação da dignidade ocorre e a lentidão ou ineficácia na garantia dos direitos das pessoas atingidas por esse tipo de discurso, sobretudo considerando que, no caso dos imigrantes, sua situação de vulnerabilidade social e econômica frequentemente os impede de buscar mecanismos de reparação ou de defesa de seus direitos (Silva *et al.*, 2011; Souza; Rebelato, 2015).

Na sociedade digital contemporânea, a discriminação racial, a disseminação de discursos de ódio e a hostilidade contra migrantes tornam-se desafios ainda mais complexos e amplificados. A internet, ao mesmo tempo em que democratiza o acesso à informação e possibilita maior engajamento político da população, também serve como ambiente fértil para a propagação de conteúdos xenofóbicos. A diversidade de fontes disponíveis, que vão de sites jornalísticos consolidados a blogs pessoais, redes sociais e plataformas de vídeo, pode facilitar a circulação de narrativas discriminatórias e estigmatizantes. Nesse cenário, o discurso anti-imigrante encontra terreno propício para se espalhar rapidamente, atingindo públicos amplos e reforçando estereótipos nocivos, muitas vezes sob a aparência de opinião legítima ou liberdade de expressão. Tal dinâmica acentua as vulnerabilidades já enfrentadas por imigrantes, exigindo ações coordenadas para a promoção de direitos e o enfrentamento dessas formas de violência simbólica (Souza; Correia, 2023; Amaral, 2024).

Aspectos positivos das migrações internas

Os aspectos socioeconômicos positivos das migrações internas são analisados de forma incipiente na literatura. O primeiro ponto que argumentamos é que o papel das remessas dos migrantes internos é pouco discutido e isso, em geral, ocorre pela falta de fontes de dados. As remessas podem ter um papel importante no desenvolvimento, pois, ao invés de causar o sentimento de privação relativa nos domicílios sem emigrantes nas regiões de origem como argumentam os histórico-estruturalistas, elas podem ajudar reduzir a desigualdade social nas regiões de origem. Isso ocorre porque os domicílios que têm algum ex-morador vivendo em outra região em muitos dos casos podem ser mais vulneráveis às secas, como foi observado em alguns estudos (Correia, 2018; Correia; Barbieri, 2019; Correia; Ojima, 2019).

É preciso concentrar mais esforços nessa direção para entender se essas remessas de migrantes são convertidas em investimentos produtivos na região de origem ou apenas estimulam o consumo das famílias. É possível que esses recursos sejam destinados ao consumo, mesmo assim tendem a exercer um papel de reduzir as desigualdades na origem (Correia, 2018). Essas são questões interessantes para indagar, pois, à medida que esses recursos são introduzidos na economia dessas regiões, podem estar reforçando o papel da migração como uma forma de

dependência das regiões de origem para com as regiões de destino, sejam elas municípios, regiões ou países.

Outra questão está ligada a um aspecto do perfil dos migrantes que não é discutido ou, pelo menos, é subutilizado pelos estudos de seletividade. Rigotti, Campos e Hadad (2017) mostram que a propensão a migrar para a RMSP é maior para os indivíduos de 20 a 40 anos de idade. Esse artigo também mostra que há uma prevalência de jovens migrando do Nordeste para a RMSP que, embora tenham diminuído devido a uma tendência geral de redução dos fluxos migratórios no país, esses fluxos predominam pelo menos até o Censo Demográfico de 2010 (Rigotti; Campos; Hadad, 2017).

De Maria e Baeninger (2017) complementam esses resultados quando mostram que a parcela de migrantes ocupados formalmente no interior do estado de São Paulo é maior para os migrantes oriundos das regiões Norte e Nordeste, sendo superior até mesmo os migrantes intermunicipais de dentro do próprio estado. Além disso, os autores mostram que as maiores proporções de ocupados na RMSP estão entre os migrantes nordestinos. Independente da origem dos migrantes internos, observa-se uma participação relevante desses indivíduos em atividades agrícolas e destinadas ao cuidado, contudo, também estão presentes outros tipos de ocupação como por exemplo no ramo da construção civil e outras atividades, dentre os quais estão desde vendedores até os gerentes (De Maria; Baeninger, 2017). Isso é de extrema relevância para entender o papel da migração interna para atender a necessidade de mão de obra em outras regiões, mesmo quando destinada aos cuidados (empregadas domésticas, babás, cuidadores de idosos) e atividades manuais e, desse modo, consideradas como improdutivas (Dal Rosso, 2014).

Ao mesmo tempo, as regiões receptoras passam por um processo de envelhecimento muito mais avançado, em decorrência do declínio da fecundidade, trazendo consigo problemas para a sustentabilidade do sistema previdenciário e pressões sobre os salários no mercado de trabalho. As migrações de outras regiões, desse modo, estariam contribuindo para a redução do peso da dependência de crianças e idosos sobre o sistema. A migração passa a ser encarada, nesta perspectiva, não só como uma questão de mobilidade espacial da população, mas também como um fator essencial à distribuição do fator trabalho. Essa mesma migração também é relevante para justificar pelo menos uma parte do peso que os idosos têm no Nordeste, tendo em vista o aumento da migração de retorno de indivíduos mais envelhecidos para a região em decorrência da aquisição da aposentadoria (Ojima; Azevedo). Sendo assim, nada mais justo do que gozar da velhice na sua terra natal para aqueles que renunciaram a algumas horas de lazer e contribuíram para o progresso econômico nas regiões mais desenvolvidas do país.

Considerações finais

Este artigo enfatizou a importância de focar os aspectos econômicos e sociais das migrações internas no Brasil para o desenvolvimento econômico. A abordagem econômica da migração interna destaca o papel crucial da força de trabalho migrante no desenvolvimento das regiões receptoras. Os migrantes trazem consigo habilidades e experiências que impulsionam a produção e a geração de riqueza nas novas localidades. Além disso, a teoria econômica neoclássica, representada pelos NELM, ressalta que os migrantes buscam melhores oportunidades econômicas, visando aumentar sua produtividade e renda. A predominância dessas abordagens delinea a necessidade de enfatizar cada vez mais os aspectos positivos das migrações internas.

Contudo, é importante considerar que as migrações internas são influenciadas por uma variedade de fatores econômicos, sociais, demográficos e contextuais. Estudos pioneiros destacaram a relevância dos fatores econômicos, como desequilíbrios regionais e diferenciais salariais, mas também ressaltaram a importância de outros elementos na tomada de decisão dos migrantes, como fatores de expulsão, atração e neutros.

A migração interna no Brasil reflete as grandes desigualdades regionais do país, com disparidades significativas em termos de desenvolvimento econômico e social entre as regiões. A mobilidade dos trabalhadores é uma resposta a essas disparidades, com pessoas buscando melhores oportunidades econômicas em regiões mais desenvolvidas. A migração, nessa perspectiva, não é apenas uma questão individual, mas também uma manifestação de desafios socioeconômicos mais amplos que afetam determinadas regiões.

Embora a migração tenha um impacto econômico significativo, é importante reconhecer que ela também pode contribuir para o aumento da desigualdade social. A migração pode reforçar estruturas de poder preexistentes, especialmente quando as instituições na origem atuam para limitar as mudanças sociais decorrentes dos fluxos migratórios. No entanto, a migração também pode trazer benefícios sociais positivos, como o envio de remessas que contribuem para transferência de conhecimento e habilidades técnicas.

Além disso, as remessas de migrantes para as suas regiões de origem podem estimular a demanda por bens e serviços, impulsionando o desenvolvimento econômico local e gerando empregos. Os migrantes, do mesmo modo, podem impulsionar o crescimento da economia nas regiões de destino. Dessa forma, as migrações internas podem atuar como um mecanismo de equalização das disparidades regionais, promovendo a convergência econômica entre diferentes áreas do país.

Do ponto de vista econômico, as migrações internas também podem impulsionar o desenvolvimento das regiões receptoras, uma vez que os migrantes trazem consigo habilidades e experiências que podem contribuir para o aumento da produção e da

geração de riqueza. A mobilidade da mão de obra permite que os trabalhadores se desloquem para áreas onde suas habilidades são mais valorizadas, o que resulta em uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos. Isso pode levar a um aumento da produtividade, da competitividade e do crescimento econômico nas regiões receptoras.

No entanto, é importante ressaltar os desafios que as migrações internas apresentam e que demandam a adoção de políticas adequadas. A falta de infraestrutura, serviços públicos e oportunidades de emprego nas regiões receptoras pode levar à concentração de migrantes em áreas urbanas já sobrecarregadas, resultando em problemas como a formação de favelas, a precarização do trabalho e a exclusão social. Para que as migrações internas contribuam efetivamente para o desenvolvimento econômico, é necessário investir em infraestrutura, educação, saúde e outros serviços básicos nas regiões receptoras, proporcionando condições adequadas de vida e trabalho para os migrantes.

Além dos aspectos econômicos, as migrações internas podem ter implicações sociais significativas. A mobilidade populacional pode afetar a estrutura demográfica das regiões envolvidas, impactando a composição etária e o sistema previdenciário. Também podem surgir desafios relacionados à integração dos migrantes nas comunidades receptoras, incluindo questões de identidade, pertencimento e preconceito.

Referências

ALMEIDA, A. C.; BARBIERI, A. F.; RODRIGUES FILHO, S. Linking migration, climate and social protection in Brazilian semiarid: case studies of Submédio São Francisco and Seridó Potiguar. **Sustentabilidade em Debate**, v. 11, p. 238-251, 2020.

AMARAL, D. A. R. F. A influência da internet nas ações políticas dos indivíduos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 7, p. 1415-1446, 2024.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Atlas, 1988.

ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997.

BAPTISTA, E. A.; CAMPOS, J.; RIGOTTI, J. I. R. Migração de retorno no Brasil. **Mercator**, v. 16, e16010, 2017.

BECKER, G. S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. New York: National Bureau of Economic Research; Columbia University Press, 1964.

BRITO, F. Minas e o Nordeste, perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho. In: II Encontro Nacional sobre Migração. **Anais...** Belo Horizonte, Minas Gerais: ABEP, 1999.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Caxambu, Minas Gerais: ABEP, p. 1-44, 2000.

BROWN, S. K.; BEAN, F. D. Conceptualizing migration: from internal/international to kinds of membership. In: WHITE, M. **International handbook of migration and population distribution**. New York: Springer, p. 91-106, 2016.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998.

CANO, W. Concentração e desconcentração industrial no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 101-141, 1997.

CORREIA, I. A.; OJIMA, R. Migração e seletividade no estado do Espírito Santo e na Região Metropolitana da Grande Vitória: considerações a partir do Censo Demográfico de 2010. **Geografares**, v. 24, p. 40-57, 2017a.

CORREIA, I. A.; OJIMA, R. Emigração e imobilidade no nordeste brasileiro: adaptação ou resistência? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 38, p. 175-192, 2017b.

CORREIA, I. A. **Vulnerabilidade e adaptação no Seridó Potiguar**: a (i) mobilidade e estratégias domiciliares. 124f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Demografia e Ciências Atuariais. Natal/RN: UFRN, 2018.

CORREIA, I. A.; BARBIERI, A. F. Vulnerabilidade à seca e (i) mobilidade no Nordeste brasileiro: partir ou resistir? **Sustentabilidade em Debate**, v. 10, n. 2, p. 125-141, 2019.

CORREIA, I. A.; OJIMA, R. Migração e (i) mobilidade no Nordeste brasileiro: adaptação para quem? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 5, p. 138-151, 2019.

CORREIA, I. A. **Migração e fecundidade como respostas multifásicas à seca de 2011-2016 no Seridó Potiguar**. 264f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2023.

DAL ROSSO, S. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 75-89, 2014.

DE MARIA, P. F.; BAENINGER, R. Imigração em São Paulo: perfis segundo pobreza e ocupação no século XXI. **GEOgrafias**, p. 41-62, 2017.

FRANÇA, C. E. Algumas histórias dos grupos de skinheads no Brasil: as múltiplas percepções, representações e ressignificações das formações identitárias dos “Carecas do Brasil” e do poder branco paulista. **Revista LEVS**, n. 5, 2010.

FRANÇA, C. E. **A violência dos grupos skinheads e a questão da segurança pública**: a instituição policial e o combate aos crimes de intolerância 2001-2011. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Marília. UNESP, 2013.

FUSCO, W. **Redes sociais na migração internacional**: o caso de Governador Valadares. 120p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP: UNICAMP, 2000.

GARCIA, R. A. A mensuração da migração de data-fixa no Brasil com base nos censos demográficos: dificuldades e inconsistências. **Cadernos do Leste**, v. 15, n. 15, p. 42-51, 2015.

GRAHAM, D. H.; HOLANDA FILHO, S. B. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. Trad. J. A. Robatto Orrico. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 733-758.

HAGEN, E. E. An economic justification of protectionism. **Quarterly Journal of Economics**, v. 72, n. 4, p. 496-514, 1958.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, unemployment & development: a two-sector analysis. **American Economic Review**, v. 60, n. 1, p. 126-142, 1970.

HUGO, G. Environmental concerns and international migration. **International Migration Review**, p. 105-131, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. M. Migração inter-regional no Brasil: evidência a partir de um modelo espacial. **EconomiA**, v. 7, n. 1, p. 163-187, 2006.

JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. M. Quem são e para onde vão os migrantes no Brasil? O perfil do migrante interno brasileiro. **Revista da ABET**, v. 8, n.1, p. 125-144, 2009.

KAHN, T. O ataque Careca. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 2000, p. 1-3.

LEE, E. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 89-114, 1966.

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labor. **The Manchester School**, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MASSEY, D. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

NUNES, E. S.; SILVA, J. G.; QUEIROZ, S. N. Migração inter-regional no Brasil: o que há de novo? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

NURKSE, R. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

- OJIMA, R.; AZEVEDO, P. R. M.; OLIVEIRA, E. C. G. O impacto da aposentadoria no retorno migratório ao Rio Grande do Norte e ao semiárido potiguar. **Informe Gepec**, v. 19, p. 6-19, 2015.
- OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 89-113, 2005.
- PATARRA, N. *et al.* **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana**. Campinas: Instituto de Economia Unicamp/Fapesp, 1997. 574p.
- PORTES, A. Migration and social change: some conceptual reflections. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, n. 10, p. 1537-1563, 2010.
- QUEIROZ, S. N. **Migração para o Ceará nos anos 90**. 139f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB: UFPB, 2003.
- RANIS, G.; FEI, J. A theory of economic development. **American Economic Review**, v. 51, n. 4, p. 533-565, 1961.
- RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Statistical Society of London**, v. 52, n. 2, p. 241-305, 1889.
- RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análises das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.
- RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J.; HADAD, R. M. Migrações internas no Brasil: (des)continuidades regionais à luz do Censo Demográfico 2010. **Geografias**, edição especial: dossiê “Migrações”, p. 8-24, 2017.
- SANTOS JÚNIOR, E. R.; MENEZES-FILHO, N. A.; FERREIRA, P. C. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 35, n. 3, p. 299-331, 2005.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia: Revista do Migrante**, n. especial, p. 7-10, 2000.
- SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SILVA, R. L. *et al.* Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, p. 445-468, 2011.

SILVA, W. J. F. A linguagem da intolerância e seu fruto mais extremado: um breve histórico dos skinheads no Brasil e no mundo. **Jamaxi**, v. 1, n. 1, 2017.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

SJAASTAD, L. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, p. 80-93, 1962.

SOUZA, E. A.; REBELATO, J. M. Imigrantes no Brasil – discursos de ódio e xenofobia na sociedade da informação: como atribuir uma função social à internet? **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, v. 1, n. 1, p. 74-97, 2015.

SOUZA, G. C.; CORREIA, I. A. Representações sociais dos discursos midiáticos sobre a migração de venezuelanos para o Brasil. **Territórios e Fronteiras**, v. 16, n. 2, p. 196-210, 2023.

STARK, O.; BLOOM, D. E. The new economics of labor migration. **American Economic Review**, v. 75, n. 2, p. 173-178, 1985.

TODARO, M. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. **American Economic Review**, v. 59, n. 1, p. 138-148, 1969.

Data de submissão: 26/07/2024

Data de aprovação: 27/01/2025

Revisão: Daniela Matthes (português), Ana Clara Medina Menezes de Souza (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Isac Alves Correia

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional / Universidade Federal de Minas Gerais

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 – Bairro Pampulha

31270-901 Belo Horizonte/MG, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9495-2325>

E-mail: isc.correia49@gmail.com